



v. 4, n.4, jul./dez. 2018 ISSN: 2527 - 1253

UMA VISÃO SOBRE O DEBATE SUSTENTÁVEL NO BRASIL DIANTE DOS GRANDES EVENTOS SEDIADOS NO RIO DE JANEIRO/RJ

Riyuzo Ikeda Júnior *

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento**

Ellizandra da Silva Santos ***

Cézar Augusto Miranda Guedes ****

* Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ), Pesquisador do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV) e Assistente de Pesquisa EBAPE/FGV;

** Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ), Pesquisador do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV);

*** Economista, mestra em desenvolvimento territorial e políticas públicas – PPDT, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, e-mail: ellizandra_lica@hotmail.com”;

**** Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ).

O presente trabalho apresenta uma discussão em torno da sustentabilidade e do seu discurso sobre as políticas públicas e privadas, sobre a economia nacional, além da ambientação urbana sobre tal matéria. Diante do avanço do processo de globalização, aprofundado na década de 1990, discute-se a relevância dada ao assunto da sustentabilidade e sua área de abrangência no imaginário da população carioca e, mais especificamente, das operações mercadológicas. Utilizou-se, como metodologia análise, imersão social e pesquisa bibliográfica. Conclui-se que as políticas sobre sustentabilidade nas suas mais diversas faces avançaram no Brasil, mas ainda assim estão aquém do adequado a um desenvolvimento e, mesmo com tal progresso, a continuidade dos avanços devem manter-se, a fim de consolidar o tema em meio as mais diversas transformações no Brasil diante dos grandes eventos realizados no país.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Mercado. Neoliberalismo. Grandes eventos.

This paper presents the discussion around sustainability and its speech about public policies and privates, about the national, besides the urban environment about this subject. Against the advance of the process of globalization occurred in the decade of 1990, it has discussed the relevance given to the sustainability and its area of comprehensiveness, in the imaginary of the carioca population and, more specifically, in the Market operations. The methodology used is an analysis and bibliographical research, beyond of a social immersion. It has concluded that the policies about sustainability in its variety faces advanced in Brazil, but still long away of an adequate development and even with such progress continued advances should remain in order to consolidate the theme among the various transformations in Brazil before the great events held in the country.

Key words: Sustainability. Market. Neoliberalism. Great events.

El presente trabajo presenta una discusión en torno a la sostenibilidad y su discurso sobre las políticas públicas y privadas, sobre la economía nacional, además de la ambientación urbana sobre tal materia. Ante el avance del proceso de globalización, profundizado en la década de 1990, se discute la relevancia dada al tema de la sustentabilidad y su área de alcance en el imaginario de la población carioca y, más específicamente, de las operaciones mercadológicas. Se utilizó, como metodología análisis, inmersión social e investigación bibliográfica. Se concluye que las políticas sobre sostenibilidad en sus más diversas caras avanzaron en Brasil, pero aún así están por debajo de lo adecuado a un desarrollo y, incluso con tal progreso, la continuidad de los avances debe mantenerse, a fin de consolidar el tema en en medio de las más diversas transformaciones en Brasil ante los grandes eventos realizados en el país.

Palabras clave: Sostenibilidad. Mercado. Neoliberalismo. Grandes eventos.

1 INTRODUÇÃO

A globalização trouxe à tona uma gama diversa e uma rede complexa de assuntos a serem discutidos e tratados desde os mais simples, mas também facilitou outra série de elementos, principalmente econômicos, potencializando o processo mercadológico e de acumulação do capital rentista por meio do fortalecimento do setor financeiro. Diante desses fatos apresentados, verifica-se importante localizar a questão da sustentabilidade no contexto sócio-político-econômico atual.

O objetivo do presente trabalho é analisar a questão da centralidade das discussões do tema da sustentabilidade urbana em meio ao incessante processo de globalização e se as práticas públicas e privadas no meio econômico brasileiro têm se mostrado eficazes e duradouras, bem como a importância que o tema vem mostrando em meio aos grandes eventos em nível mundial que foram organizados no Rio de Janeiro entre 2011 e 2016.

Num primeiro momento, será feito um retrocesso teórico à década de 1990, período de intensificação da globalização, marcada pela questão da ampla adoção do modelo neoliberal, em grande parte pelas economias em desenvolvimento, para equilibrar as contas nacionais, em crise devido à instabilidade internacional econômica iniciada com o desgaste do desenvolvimentismo na década de 1970.

Logo após, será evidenciado como o Brasil está inserido nesse processo de globalização e se o país vem adotando práticas sustentáveis e como adota nos mais diversos setores econômicos, em especial nas economias urbanas, principalmente dos grandes centros urbanos brasileiros.

Outro ponto a ser levado em consideração será a questão dos grandes eventos em âmbito global que são realizados no Rio de Janeiro desde 2011 e como o assunto da sustentabilidade é abordado ou praticado pela administração pública e pela iniciativa privada, não somente nas questões relacionadas aos eventos, mas ainda a manutenção desses procedimentos para a população.

Por fim, será realizada a conclusão sobre o assunto e serão apresentadas as referências bibliográficas.

2 O PROCESSO DA GLOBALIZAÇÃO E O MODELO NEOLIBERAL

Diante do receituário claro, atraente ao Estado e fácil de ser seguido, além de condicionante ao acesso ao crédito internacional das instituições financeiras, o modelo neoliberal passa a ser o foco das políticas públicas de ajuste das contas internas e externas nacionais diante dos desequilíbrios econômicos persistentes ao redor do globo.

Com o esgotamento do desenvolvimentismo, a quebra das alianças sociais internas (BRESSER-PEREIRA, 2006), as crises internacionais do petróleo nas décadas de 1970 e 1980 e o aumento das taxas de juros externas, o Consenso de Washington surgiu como a grande solução do fim de século, um esforço conjunto das economias ricas para com os países do Sul.

Apesar de ter sido adotado em larga escala por diversas economias em desenvolvimento, as medidas neoliberais entraram de forma devastadora ao serem internalizadas sem as devidas análises sobre as realidades individuais de cada país que se submetia aos interesses do capital rentista internacional, mas, mais ainda, ao reequilíbrio das contas públicas e à retomada do crescimento econômico, ameaçado e, por vezes, estagnado por anos.

A discussão da década de 1990 girou em torno da questão do modelo econômico adequado às reais necessidades de cada nação e não à reprodução do capital rentista, hospedeiro em países que adotaram o receituário de Washington e que, ao menor sinal de crise, abandonam a hospedaria e desequilibram todo um sistema financeiro de uma nação, onde a situação socioeconômica já vinha sendo prejudicada pelo próprio modelo neoliberal. No Brasil, mais do que a adoção do severo modelo neoliberal, as críticas focaram na incapacidade do Estado em manter a estabilidade

de preços e o equilíbrio das contas públicas e privadas. A hiperinflação e a instabilidade financeira, na qual apenas os especuladores viam bons resultados de seus capitais, prejudicaram enormemente as classes mais baixas, que ficaram mais deterioradas com a implantação de medidas neoliberais justamente usadas para corrigir os desequilíbrios econômicos (GOVERNO DO BRASIL, 2012).

Diante da problemática do ajuste nacional da economia brasileira, o Plano Real surgiu para solucionar os desequilíbrios e controlar a questão das altas taxas de inflação, estabilizando as contas, favorecendo as camadas sociais mais baixas e melhorando a condição geral de bem-estar da população com um aparente equilíbrio duradouro a partir de 1994, ano em que a terceira e última etapa do Plano foi implementada com a introdução do novo padrão de valor.

A partir de 1995, a administração federal começou um longo processo de aceitação das medidas neoliberais de privatização das empresas estatais, manutenção das taxas de juros em patamares elevados, severos cortes de gastos a fim de ajustar as contas públicas, reforma na estrutura fiscal de arrecadação e a âncora cambial como termômetro da economia brasileira (SICSÚ, 2008, p. 1-2) até o ano de 1998, com a Crise Russa, que liberou o câmbio aos atuais estágios, dito flutuação suja.

Ao mesmo tempo em que o processo de adoção em larga escala do neoliberalismo tomava forma no Brasil, foi verificado um incremento na velocidade da globalização do país, com a entrada de firmas e capital estrangeiro, trocas de conhecimento, otimização dos meios de comunicação e informação, além da crescente internacionalização do país junto à comunidade internacional, não somente através do então recém-criado MERCOSUL, mas também entre firmas e pessoas, e do Estado brasileiro com o mundo (PIRES e REIS, 1999).

É reconhecido também que, além do processo neoliberal, ajudou a questão da estabilidade financeira da economia nacional quanto à atração de mais investidores estrangeiros, seja em capital físico ou especulativo. A capacidade de o Estado brasileiro gerenciar situações de crise econômica era possível e, com isso, o país voltou a tornar-se um atrativo como ponto importante do comércio

internacional, seja como entreposto ou para a produção interna de bens para exportação e consumo local, nacional ou continental (CARIO, ALEXANDRE e VOIDILA, 2002, p. 103-136).

Em relação à sociedade, o afastamento do Estado, reduzindo-o a regulador das atividades econômicas, prejudicou em parte as conquistas angariadas junto ao Plano Real, que deu capacidade de poder de compra às famílias, antes muito prejudicadas pelo processo de descontrole inflacionário. O corte de gastos, via redução de investimentos em setores como saúde, educação e transportes, evidenciou estrangulamentos na estrutura social do país.

A situação da população ficou mais agravada com as crises externas do México (1995), Ásia (1997) e Rússia (1998), que obrigou o governo a secar as reservas internacionais do país, além de aumentar mais os patamares das taxas de juros na economia, para manter a inflação sob controle estatal, elevando o custo de vida somado à baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade (CARIO, ALEXANDRE e VOIDILA, 2002, p. 103-136).

Mesmo diante do cenário prejudicial à sociedade, a busca incessante pela estabilidade econômica deu novo fôlego à administração de Fernando Henrique Cardoso, que conseguiu a eleição para um novo mandato (1999-2002), mas que ficou marcado pela elevação da taxa de juros, empobrecimento da população, aprofundamento das medidas neoliberais, crises de infraestrutura, crises internacionais, como na Argentina (2001), e a perseguição fracassada em alcançar as metas para a inflação, que se tornou o novo instrumento de governo como espelho econômico nacional no controle da inflação (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003).

Ante ao endurecimento do modelo neoliberal brasileiro, o governo Lula (2003-2010) assumiu a Presidência da República para resgatar a confiança do Estado junto à sociedade em geral, mas não se desfazendo das conquistas obtidas na administração anterior, porém aprimorando-as a alavancando a questão do crescimento econômico e do emprego.

Os primeiros anos dessa nova administração foram para, além do resgate da confiança da sociedade, também do investidor internacional e dos organismos estrangeiros,

a fim de demonstrar uma aproximação com um Estado estável e moderado e afastar a ideia de radicalismos e excessos verificados em outros países latino-americanos como Venezuela e Argentina (MENDONÇA, GALVÃO e LOURDES, 2011, p. 63-68).

Assim, em meio a estabilidade econômica alcançada, a busca pela recuperação da atuação estatal foi o próximo passo, passando principalmente pela questão de investimentos sociais e em infraestrutura nacional, dois estrangulamentos herdados pela crise inflacionária e pelo controle de gastos dos anos anteriores na Nova República.

O fomento à dinamização do mercado interno passou pelo incremento aos programas sociais, incentivos fiscais a determinados setores voltados ao consumo das famílias, além da retomada ao processo industrial e melhorias na acessibilidade à área educacional em todas as instâncias.

Na questão da infraestrutura, as concessões à iniciativa privada foram mantidas, aprimoradas e potencializadas, juntamente com ações do próprio governo, principalmente a partir da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (2007), que focou na superação dos estrangulamentos nas frentes de transporte, habitação, saneamento e energia (GOVERNO DO BRASIL, 2015).

Entre 2003 e 2008, o Brasil experimentou uma taxa de crescimento sólida, com uma média de 4,2% ao ano (CURADO, 2011, p. 92), além de ter mantido o índice inflacionário sempre dentro das previsões do sistema de metas para a inflação (IBGE, 2015), mantendo, assim, o controle do Estado sobre o sistema financeiro no que diz respeito à estabilidade de preços.

Com uma dinâmica mercadológica interna, um setor industrial consolidado, um nível de emprego satisfatório às necessidades do mercado, uma ampla gama diversificada de comércio internacional, além das finanças públicas saudáveis, foi possível a superação da maior crise econômica desde 1929 com problemas de baixo potencial agressivo ao Brasil (FONSECA, 2002, p. 507-536).

A solidez do setor financeiro e das contas externas auxiliou também na manutenção da estabilidade econômica do Brasil, além da complexidade da matriz comercial

brasileira, muito mais diversificada se comparada a da década de 1930, eminentemente agrário-exportadora. A atual, mais madura, prioriza tanto o setor externo quanto o interno e não depende de apenas uns poucos bens, como ocorreu em meio à Crise de 1929 (FONSECA, 2002, p. 507-536).

Em 2011, houve a troca de liderança da administração federal e um novo governo deu continuidade às políticas do governo anterior, lançando uma segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), manteve a política de concessões de infraestrutura à iniciativa privada, mas o esgotamento de incentivos à economia interna e o enfraquecimento do comércio internacional prejudicaram as contas públicas, que viram ainda o valor do preço do barril do petróleo despencar (G1, 2015), além de um desequilíbrio da taxa de câmbio no início do ano de 2015 (UOL, 2015).

Essa aparente desestabilização da economia brasileira fez o governo tomar medidas no sentido de iniciar um processo de ajuste fiscal das contas públicas, além de elevar a taxa de juros, a fim de conter a inflação, que atingiu um patamar próximo do teto da meta (6,5%) em 2014.

Um ponto negativo foi o severo desestímulo da produção industrial, do consumo interno, do enxugamento do crédito e da economia brasileira de forma geral. A previsão da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de crescimento negativo (-0,5%), segundo a última análise do organismo para o ano de 2015.

Diante da diversidade de cenários e governos apresentados nos últimos vinte anos da história brasileira, é possível evidenciar rearranjos, reformas institucionais, busca pelo desenvolvimento socioeconômico, mudanças em parâmetros ambientais, todos elementos que visam às metas e ao futuro sustentável do Brasil para as próximas gerações.

Os pilares de um desenvolvimento sustentável (RIO + 20, 2012) abarcaram o equilíbrio do sistema econômico nacional, em um primeiro momento, e, logo após, a busca pela modernização, otimização e potencialização do modelo adotado, bem como a manutenção do *status quo* quando referente à estabilidade sociopolítica e econômica em geral.

Outro pilar evidenciado no desenvolvimento sustentável diz respeito à questão social, ao passo que o

Estado brasileiro vem focando nas populações de renda menos favorecida, através dos mais diversos programas sociais e acessibilidade às instituições educacionais, além de ampliar consideravelmente a gama de empregos e da renda do trabalhador. A inclusão social é o novo foco das demandas do novo século.

O pilar ambiental de um desenvolvimento sustentável integrado aos demais (RIO + 20, 2012) será melhor detalhado ao longo do presente trabalho, pois, apesar da grande diversidade ambiental do Brasil, a preocupação em manter um meio ambiente natural sustentável, bem como no já modificado pela ação humana, não vem recebendo a atenção devida das políticas públicas de governos, apesar dos avanços verificados em âmbito de legislação e atuação estatal.

3 A SUSTENTABILIDADE E A ECONOMIA BRASILEIRA: UMA VISÃO DAS PRÁTICAS E CONQUISTAS OBTIDAS EM MEIO À CONTEMPORANEIDADE

No ano de 2012, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a maior conferência sobre desenvolvimento sustentável no mundo, a Rio + 20, evento que ocorreu vinte anos após a primeira rodada, que ficou conhecida como ECO 92, que também aconteceu naquela cidade e já colocava em foco a questão de um desenvolvimento sustentável que abrangesse uma amplitude de questões.

Apesar de abranger questões que viriam a caracterizar-se como sustentáveis, a restrição a questões ambientais marcou o encontro em 1992 (SENADO FEDERAL, 2012). Dez anos após, em Johannesburgo, na África do Sul, a titulação em relação às práticas sustentáveis tomou forma institucional junto à instituição responsável, a Organização das Nações Unidas, que passou a agregar o desenvolvimento sustentável mais claramente no encontro da Rio + 10, em 2002.

A Agenda 21, surgida na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO 92) foi o ponto de referência para mudanças de hábitos e costumes da população mundial num cuidado maior do ser humano para com o próprio planeta. Diante desse projeto, os próprios países participantes lançaram, em paralelo, agendas de desenvolvimento sustentável de acordo com as especificidades e peculiaridades de suas economias (MMA, 2015).

Inicialmente, as discussões em torno do meio ambiente foram mais contempladas, como supracitado, pois um desenvolvimento sustentável passava predominantemente por um ambiente natural equilibrado e minimamente afetado pela ação humana. O respeito mútuo entre o homem e a natureza deveria ser prioridade diante dos avanços de mudanças climáticas e das interconexões entre os diversos sistemas naturais e as necessidades das sociedades pelo mundo.

A Agenda 21 global visa clarificar métodos que componham uma justiça social, a proteção ambiental e uma economia eficiente (MMA, 2015). A conciliação de tais políticas foi idealizada a partir de consultas à população e encerradas em um documento em 2002, mas há a possibilidade de serem realizadas agendas junto às instituições municipais e locais com base nas agendas nacional e global.

Diante da preocupação global com um desenvolvimento econômico e social mais responsável, a sustentabilidade passou a integrar a preocupação das iniciativas pública e privada, bem como da sociedade em geral, mas se chegou a um ponto em que ser sustentável passa-se além do respeito ao meio ambiente, mais ainda a buscar a concessão de direitos e deveres ao ser humano e, ainda, uma economia menos predatória e irracional.

O Brasil abraçou a causa sustentável, mas mais do que se comprometer com as práticas sustentáveis, tem-se a questão de pôr em prática tais conceitos a fim de dar concretude não somente à Agenda 21, mas também a própria Constituição da República, leis infraconstitucionais, tratados de direito internacional e aos direitos básicos da população, sejam eles subjetivos ou não (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012).

Diante dos grandes eventos que o Brasil vem sediando desde o ano de 2011, é possível evidenciar mais a questão da adoção, por parte do poder público, de práticas sustentáveis. As grandes obras de infraestrutura e aplicabilidade de normas antes distanciadas a segundo plano tomaram forma e estão alterando o cenário desde os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Rio + 20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2012), a Copa do Mundo da FIFA (2014) até os Jogos Olímpicos de 2016.

As ações do Estado brasileiro com atuações em caráter nacional e, por vezes, regionais e locais das mais diversas administrações públicas dos entes federados também contam como um esforço do país em alcançar, antes de um desenvolvimento propriamente dito, sustentabilidade como base para que as gerações futuras usufruam melhor as conquistas de épocas passadas (GOVERNO DO BRASIL, 2012).

O Programa de Aceleração do Crescimento, os programas de fomento às atividades econômicas via BNDES e demais bancos e instituições financiadoras públicas, além dos programas assistencialistas, vêm na perspectiva de inclusão social, melhoria do desempenho econômico, não em relação somente ao crescimento, mas ainda na questão da eficiência e otimização das instituições sobre o avanço econômico e melhoria de vida, além da redistribuição de renda e acesso a setores e bens antes limitados dadas as restrições orçamentárias do cidadão.

Diante dos fatos apresentados, é evidente a introdução do Brasil, em âmbito nacional e internacional, nos círculos de discussões sobre práticas sustentáveis. O ponto alto, na contemporaneidade, sobre a adoção e capacidade do país em conseguir adotar tais práticas, ocorreu durante a RIO + 20, que testou ainda a questão da diplomacia brasileira em angariar um documento final que pudesse ser aceito pelas nações participantes do encontro e que demonstrasse um caráter ousado pelo Brasil a fim de buscar seguidores na conferência (SENADO FEDERAL, 2012).

Um outro ponto a levantar na questão da busca por um desenvolvimento sustentável passa pelo crescimento econômico verificado no Brasil e que manteve um ritmo acelerado entre os anos de 2003 e 2010, perfazendo um

caminho que abrange os mais diversos setores, desde o energético até o educacional.

Iniciando uma análise pelo setor energético, verifica-se que a matriz brasileira é dominante de origem hidrelétrica (ANEEL, 2015), o que a classifica como sendo de origem limpa e eficiente, dados os recursos hidrológicos abundantes no território brasileiro e a ausência de elementos poluidores do ar e da terra.

Em vista de uma economia que demanda cada vez mais recursos energéticos, o Brasil possui uma matriz com alto rendimento sustentável em relação ao meio ambiente, por não poluir com fontes tradicionais, como de origem mineral, e ao bem-estar social da população, que se vale de uma grande reserva desses recursos energéticos (ANA, 2015), ditos limpos, para a geração de energia para os centros urbanos e rurais, além do desenvolvimento social de toda a população.

Outro ponto essencial a tratar como base de um desenvolvimento sustentável ocorre quanto ao setor educacional, o qual serve de ponto de partida para a conscientização e o melhor aproveitado humano para o aprendizado, consolidação, aprimoramento e reciclagem de práticas sustentáveis, bem como orientações domésticas para com afazeres corriqueiros, que, postos em conjunto de convivência social, acabam por elevar a importância de tais ações, principalmente em relação aos centros urbanos (MMA, 2015).

Outro setor que se deve levar em consideração na busca por um desenvolvimento sustentável encontra-se na acessibilidade do público em geral, inclusive do próprio Estado, trata-se das práticas sustentáveis, seja por meio de financiamentos, provimento físico ao acesso, bem como a colocação em prática de planos elaborados com o objetivo da busca pelo desenvolvimento sustentável.

O papel do Estado não é solitário, ou seja, a iniciativa privada e a própria população devem atuar em conjunto na busca pelo desenvolvimento sustentável. O equilíbrio da balança não deve pesar somente para a atuação estatal, como ocorre por diversas vezes, a responsabilidade pelos atos recaírem sobre a administração pública pela ausência de políticas que demarquem um desenvolvimento ou práticas

sustentáveis (FLORIANO, 2007, p. 1-4).

A iniciativa privada pode dar seus passos na busca por um desenvolvimento sustentável, como verifica-se na reciclagem de materiais utilizados na linha de produção, no descarte consciente de resíduos, investimentos no setor educacional e conscientização da população, interatividade junto às comunidades no entorno das plantas e firmas em geral, dentre outros fatores (FLORIANO, 2007, p. 46-73).

Quanto à população, as atitudes individuais definirão parte considerável da educação e da vivência em sociedade do cidadão, desde a escolha de um eletrodoméstico, passando pelo descarte de resíduos domésticos, até a conscientização familiar e costumes tomados diante da comunidade.

Cabe ainda ao cidadão fiscalizar as atitudes do Estado quanto ao cumprimento de normas definidas por ele mesmo, ou em conjunto com a sociedade, na busca por uma sustentabilidade duradoura e efetiva, que abranja a todos os habitantes do espaço geopolítico definido de forma igualitária, senão, abrangente.

Apesar de o assunto sustentabilidade ter entrado em voga nos mais variados canais de discussões no Brasil, principalmente no estado do Rio de Janeiro, palco de diversos eventos internacionais nos últimos sete anos, ainda é evidente que as práticas sustentáveis tanto da iniciativa pública, quanto da privada, e da população em geral, ainda estão distantes de ponto ideal de aproveitamento das possibilidades inseridas no espaço, urbano.

A poluição de mananciais e do mar territorial que circunda tanto o estado como o país ainda é grande e sem um controle efetivo por parte do Estado. O avanço de construções em meio a áreas verdes, de forma descontrolada, agrava o cenário.

A questão do transporte público problemático, apesar de grandes investidas do poder público na otimização deles, é outro ponto que questiona alternativas sustentáveis à população, bem como a questão da limitada atuação da iniciativa em privada em melhorar e globalizar as suas práticas no meio social brasileiro.

4 OS EVENTOS GLOBAIS E AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

O ano de 2011 iniciou uma década de grandes eventos a serem sediados no Brasil, todos eles em âmbito global, desta feita, e valendo-se da visibilidade de tais acontecimentos, torna-se importante analisar as heranças sustentáveis, bem como a efetividade e as perspectivas na adoção de tais práticas, passados os anos de agitação sobre a temática dos acontecimentos internacionais.

O Rio de Janeiro é o grande ator em comum, já que todos os eventos internacionais serão sediados ou passarão pela cidade em algum momento. Serão destacados, primeiramente, os Jogos Mundiais Militares de 2011; no ano seguinte, ocorreu a Conferência da ONU sobre sustentabilidade, a RIO + 20; em 2013, foi a vez da Jornada Mundial da Juventude; no mesmo ano, a vez foi da Copa das Confederações da FIFA, uma preparatória para o ano de 2014, com a Copa do Mundo da FIFA. Para o ano de 2016, encerrado o ciclo de análises deste trabalho, ocorreram os Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro.

Com o intuito de evidenciar a questão das práticas sustentáveis, o Projeto Sustentabilidade Ambiental dos 5º Jogos Mundiais Militares trouxe à tona os elementos utilizados na infraestrutura e em meio aos acontecimentos do evento, focando medidas que respeitem o meio ambiente. Foram quatro as áreas objetivadas pelo projeto: sustentabilidade das obras e serviços, economia de água e energia, gestão de resíduos e incentivos ao plantio compensatório de mudas (REVISTA VERDE OLIVA, 2011).

A sustentabilidade das obras e serviços ocorreu com o descarte e reaproveitamento de materiais utilizados na execução no canteiro, foram plantadas 2.150 mudas de plantas nativas da Mata Atlântica, durante a execução do evento foram medidos e fiscalizados o consumo de água e a gestão dos resíduos sólidos para um consumo e descarte consciente do material utilizado (REVISTA VERDE OLIVA,

2011).

Diante desse pontapé no ano de 2011, a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20) foi o próximo evento realizado, tema que já foi esgotado neste trabalho, sendo ele um marco que consolidou as discussões em torno da questão da sustentabilidade em um país com diversos problemas socioeconômicos a serem superados, justamente objetivando-se um desenvolvimento sustentável.

A Copa das Confederações e a Copa do Mundo da FIFA, em 2013 e 2014, respectivamente, obedeceram aos mesmos critérios de empregabilidade de um selo sustentável nas obras de infraestrutura das 12 arenas de esportes ao redor do Brasil. A sustentabilidade, nesses eventos, foi em grande parte voltada para o meio ambiente, com soluções ecológicas dos estádios de futebol (GOVERNO DO BRASIL, 2014).

Houve ganhos de eficiência nos transportes públicos para ambos os eventos e nas cidades-sede do evento (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Natal, Fortaleza e Manaus), como expansão de metrô e implantação de sistemas de Sistema de Ônibus Rápidos (BRTs). O cenário que se depreende é de uma restrição à imagem da sustentabilidade verde ainda dominando a ótica política nas decisões tomadas sobre os eventos esportivos (SENADO FEDERAL, p. 1-30)

Os Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, demonstraram um olhar mais expansivo no que diz respeito à sustentabilidade. O emprego de medidas sustentáveis ao meio ambiente é ainda um foco, mas as sustentabilidades social e econômica ganharam espaço nesse evento, seja por meio da iniciativa pública ou pela privada (RIO 2016, 2015).

A ampla divulgação e inserção de voluntários nos Jogos Olímpicos é um ponto social positivo, abarcando temas como diversidade, inclusão e acessibilidade (COMITÊ RIO 2016, 2015), juntamente com a questão, definida pelo próprio comitê como “Prosperidade”, baseada na cadeia de interatividade entre os Jogos Olímpicos e a administração dos recursos recebidos por eles e como a gestão eficiente afeta as decisões sobre o evento.

Em suma, o Comitê Rio 2016 baseia a atuação sustentável em três pilares supracitados, mas aqui utilizados com as expressões específicas do organismo, quais sejam: planeta (meio ambiente), pessoas (inclusão social) e prosperidade (gestão eficiente).

Diante dos eventos apresentados é evidente que, apesar das práticas e conscientização social, o Brasil ainda tem muito a avançar no conceito e, principalmente, melhorar a gestão pública e atuação privada diante do tema sustentabilidade, pois mesmo em meio ao foco no meio ambiente, os grandes eventos não foram capazes de otimizar um tratamento mais respeitoso para com a natureza, como nos problemas recorrentes evidenciados nas Baías de Guanabara e Sepetiba, nos sistemas lagunares da baixada de Jacarepaguá, na Lagoa Rodrigo de Freitas e nas ocupações irregulares nos maciços da Pedra Branca e da Tijuca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil está amplamente inserido no processo de globalização neste início de século XXI, transformando o país parte de uma rede socioeconômica e política interconectada com as mais diversas partes do globo terrestre, tornando-o ao mesmo tempo dependente, expectador, participante ativo, negociador, dentre tantos outros elementos em meio ao complexo sistema global vigente.

A globalização permitiu ao país uma mudança de hábitos e costumes, bem como inseriu o Brasil nas novas demandas internacionais na busca pelo equilíbrio e racionalização nos atos do ser humano para com as demais gerações que estão por vir, sejam tais atitudes relacionadas ao meio ambiente, ao social ou à economia.

O processo de inserção do país na complexa rede global também evidenciou uma economia com grande potencial de expansão e uma sociedade equilibrada em relação ao próprio país, sem conflitos que desestabilizem política e economicamente o Brasil. Esses fatores internos chamaram a atenção da comunidade exterior, assim como a forte e promissora economia que se tem verificado desde 1995, continuamente.

Assim, os grandes eventos globais têm sido constantemente sediados no Brasil ao longo dos últimos anos, seguidamente demonstrando o alto interesse pelo país, bem como a mudança de hábitos e costumes internos, adequando-os muitas vezes às novas demandas externas, a sustentabilidade é o elemento que hoje se faz essencial nas mesas de discussões sociopolíticas e econômicas do país.

Em meio aos diversos eventos o destaque sobre o tema da sustentabilidade ficou com a Conferência das Nações Unidas Sobre Sustentabilidade (Rio + 20), que trouxe à tona um tema mais amplo e testou a capacidade do Brasil sobre o seu poder nas negociações internacionais e, mais ainda, diante das práticas sustentáveis em sua amplitude máxima, abrangendo os mais diversos temas, como inserido no documento-base (documento zero) para as negociações do encontro e no comprometimento com a Agenda 21.

Mesmo com tais eventos sediados no Brasil, o tema sustentabilidade ainda é tratado, na prática, com restrição e não há uma perspectiva de longo prazo quanto a sua vigência nos mais diversos entes federados, nas suas três instâncias (federal, estadual e municipal), bem como por parte da iniciativa privada.

A restrição nacional ainda ocorre com uma visão antiquada sobre uma perspectiva ambiental somente, ou predominante, em detrimento das demais. Não é um fato generalizado, mas ainda muito presente na realidade brasileira, que ostenta um cenário dificultoso para o cidadão, seja na questão da eficiência de gestão do poder público, seja pela atuação parcial da iniciativa privada nos seus afazeres.

Assim como o conceito de desenvolvimento é elemento em constante construção, a sustentabilidade no Brasil também o é pelo simples fato de que ainda há muito em que avançar na aplicabilidade conceitual e acadêmica do tema sobre a realidade emergente brasileira no cenário da rede de globalização.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Matriz de Energia Elétrica*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm>>. Acesso em 22 de abr. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. *Atlas Brasil Abastecimento Urbano de Água*. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>>. Acesso em 21 abr. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional*. In: São Paulo Em Perspectiva, São Paulo: v. 20, n. 3, jul./set. 2006, p. 5-24.

CARIO, S. A. F., ALEXANDRE, A., VOIDILA, T. M. *Investimento direto externo na economia brasileira nos anos 90: significado, alcance e consequências ao desenvolvimento*. Textos de Economia da UFSC, v.7, n.1 p.103-136.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –RIO + 20. Documento de contribuição brasileira à Conferência RIO+20. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20/at_download/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

CURADO, M. *Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula*. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Curado.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2015.

FLORIANO, E. P. *Políticas de Gestão Ambiental*. Santa Maria, 2007. Disponível em: <http://www.geoplan.net.br/material_didatico/Materiais_Disciplina_Plan_Geoamb_2013/Políticas%20de_Gestao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2015.

FONSECA, R. *Diversificação Regional das Exportações Brasileiras: Um Estudo Prospectivo*. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-11.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

G1 – PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. *Entenda a queda do preço do petróleo e seus efeitos*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>>. Acesso em 2 abr. 2015.

- GOVERNO DO BRASIL. Orçamento Federal. *Partindo do princípio constitucional que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que é dever do Poder Público defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, o governo federal instituiu na última sexta-feira, 8/06, por meio da Portaria Interministerial nº 244, o Projeto Esplanada Sustentável - PES.* Disponível em: < <http://www.orcamentofederal.gov.br/noticias/portugues/noticias/2012/junho/projeto-coloca-sustentabilidade-na-agenda-central-do-governo>>. Acesso em 10 abr. 2015.
- GOVERNO DO BRASIL. *Portal da Copa - Sustentabilidade.* Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sustentabilidade>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- GOVERNO DO BRASIL. *Inflação.* Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/inflacao>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- MENDONÇA, H. F., GALVÃO, D. J. C., LOURDES, R. F. V. *Exuberância e risco do mercado financeiro: herança do Governo Lula.* Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Helder%20Ferreira%20de%20Mendonca%20-%20Delio%20Jose%20Cordeiro%20Galvao%20-%20Renato%20Falci%20Villela%20Loures.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Educação Ambiental.* Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- OLIVEIRA, G., TUROLLA, F. *Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- PIRES, M. F. C., REIS J. R. T. *Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32831999000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil da Presidência da República, Subchefia Para Assuntos Jurídicos. *Decreto Nº 7.746/12.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.
- REVISTA VERDE OLIVA. *Sustentabilidade Ambiental.* Disponível em: <http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b78e84d5-189e-428d-a9fa-de5c7cdaa728&groupId=52610>. Acesso em: 22 de abr. 2015, pp. 29-31.
- RIO 2016. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.rio2016.com/sustentabilidade/>>. Acesso em: 2 mai. 2015.
- SENADO FEDERAL. *Conferência rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países.* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentaveis-dos-paises.aspx>>. Acesso em 20 de abr. 2015.
- SENADO FEDERAL. *Problemas e consensos na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20.* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/problemas-e-consensos-na-conferencia-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio20.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- SICSÚ, J. *Do Neoliberalismo ao Desenvolvimentismo.* Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/sicsu011008.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- UOL. *Projeções de analistas de câmbio em 2015 são as piores em 5 anos. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2015/12/23/projecoes-de-analistas-de-cambio-em-2015-sao-as-piores-em-5-anos.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2015*